

O Conhecimento acerca de Normas de Citação e de Referenciação em Estudantes do Ensino Superior

Isabel Festas¹, Ana Seixas² e Armanda Matos³

Resumo

A expressão das ideias das fontes, necessária à consolidação de uma voz própria e à construção da identidade autoral, requer a sua referenciação, requisito também essencial para uma escrita sem plágio. Este estudo teve por objetivos saber se estudantes do Ensino Superior conhecem regras de referenciação e, em simultâneo, se o que julgam saber corresponde à realidade. Para tal, foram aplicados a uma amostra de 208 estudantes universitários um Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação e uma escala sobre o que se julga saber sobre essas regras. Os principais resultados indicam que há um desconhecimento de como citar e referenciar, sobretudo pelos mais novos e pelos que têm mais dificuldades, ao mesmo tempo que apontam para um desfasamento entre o que se sabe e o que se pensa saber fazer, alertando para a necessidade de se investir em medidas pedagógicas promotoras das competências de referenciação e de escrita académica.

Palavras-chave: Escrita académica; Citação e referenciação; Regras de escrita a partir de fontes; Ensino Superior.

1 Universidade de Coimbra, CEIS20, FPCE. Email: ifestas@fpce.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1720-1488>

2 Universidade de Coimbra, CES, FPCE. Email: anaseixas@fpce.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3177-5493>

3 Universidade de Coimbra, CEIS20, FPCE. Email: armanda@fpce.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0802-5870>

Knowledge about Citation and Referencing in Higher Education Students

Abstract

The expression of the ideas of others, necessary for the consolidation of individual voice and for the construction of authorial identity, requires referencing skills, which is also an essential requirement for writing without plagiarism. This study aimed to find out whether higher education students know referencing rules and, at the same time, whether what they think they know corresponds to reality. To this end, an inventory of knowledge of referencing rules and a scale of what students believed to know were applied to 208 university students. The main results pointed to a lack of citation and referencing knowledge, especially by the youngest and by those with more difficulties. They also pointed to a mismatch between what students know and what they think they know. As a whole, results alert to the need to invest in pedagogical measures that promote referencing and academic writing skills.

Keywords: Academic writing; Citation and Referencing; Writing from sources rules; Higher Education.

Conocimiento sobre Normas de Citación y Referencia en Estudiantes de Educación Superior

Resumen

La expresión de las ideas de las fuentes, necesaria para la construcción de la identidad del autor, requiere su referencia, que es también un requisito para una escritura sin plagio. Este estudio tuvo como objetivos averiguar si los estudiantes de educación superior conocen las reglas de referenciación y si lo que creen saber se corresponde con la realidad. Con este fin, a una muestra de 208 estudiantes universitarios se les administró un inventario del conocimiento y una escala de lo que se cree que se conoce. Los resultados indican que existe un desconocimiento de cómo referenciar, especialmente por parte de los más jóvenes y los que tienen más dificultades, al tiempo que apuntan a un desajuste entre lo que se sabe y lo que se piensa saber hacer, alertando a la necesidad de invertir en medidas pedagógicas que promuevan las habilidades de referencia y escritura académica.

Palabras clave: Escritura académica; Citación y referencia; Escritura de fuentes; Educación Universitaria

A escrita acadêmica é uma componente fundamental da construção da identidade do/a estudante do Ensino Superior. Este/a, ao escrever, vai dando lugar às ideias dos outros, desenvolvendo a sua capacidade de as confrontar e distinguir, ao mesmo tempo que consolida um sentido de autoria, através da expressão de uma voz própria (Hutchings, 2014). Efetivamente, a integração na comunidade acadêmica está estreitamente relacionada com a participação no debate que aí se desenvolve, não apenas oralmente, mas sobretudo pelo registo escrito. Compondo os seus textos, o/a estudante conquista um lugar entre os seus pares e mestres, como um/a autor/a capaz de se afirmar. O desenvolvimento deste sentido de autoria, isto é, desta perceção de si próprio/a como alguém com uma identidade textual, habilitado/a para pôr por escrito as suas ideias é uma condição para a integração e plena participação na comunidade acadêmica (Cheung et al., 2018; Pittam et al., 2009; Sousa & Costa-Pereira, 2018). O sentido de autoria, envolvendo a produção de textos novos e autónomos, pressupõe capacidade para fazer uma leitura adequada das fontes consultadas e para falar delas, citando-as e referenciando-as, isto é, ligando as suas ideias aos respetivos autores. A citação e a referenciação podem, assim, ser conceptualizadas como competências de literacia da informação, através das quais os/as estudantes estão habilitados/as para pesquisar e utilizar os textos lidos/estudados, de modo a produzir o seu próprio discurso (Sanchez, 2019). Fazem, igualmente, parte do processo de construção de uma escrita crítica, em que, recorrendo às ideias de autores credenciados, os/as estudantes se vão situando no meio académico, expressando o seu pensamento (Vardi, 2012).

Sendo a citação e a referenciação dois aspetos relativamente simples no processo complexo da escrita, não deixam de ocupar um lugar de relevo se as virmos como elementos fundadores desta construção de uma identidade tão fundamental à integração dos/as estudantes em comunidades de aprendizagem, como são as instituições do Ensino Superior. No entanto, sabe-se que, apesar da sua aparente simplicidade, as regras de citação e de referenciação estão longe de ser dominadas por estudantes deste nível de ensino. Para além de não perceberem estas regras como um elemento integrante do processo de construção da sua identidade autoral (Hutchings, 2014), muitos/as estudantes têm reportado dificuldades em respeitar o que está convencionado para a transcrição e referência das ideias veiculadas nas fontes consultadas, afirmando desconhecer as respetivas normas (Gullifer & Tyson, 2010, 2014; Hutchings, 2014; Park, 2003). A existência de diferentes sistemas de regras e a falta de informação e formação nesta área são fatores comumente referidos como obstáculos a uma escrita com respeito pelas convenções de citação (Hutchings, 2014; Power, 2009).

Acresce a tudo o que foi exposto a percepção de que há uma ligação entre estas dificuldades e o plágio. É natural que assim seja, já que este último fenómeno assenta, grandemente, no uso da palavra alheia sem atribuição de autoria (Britannica Encyclopedia), incluindo, entre outras, a cópia da totalidade ou de partes de textos sem uso de aspas e a ausência de citação das fontes (Howard, 2016; Park, 2003). Também os detetores de plágio se baseiam na correspondência entre o que foi escrito e os textos originais (Sousa-Silva & Abreu, 2015). Em conformidade, muitos/as estudantes do Ensino Superior sustentam que o desconhecimento acerca do modo como devem referir as fontes está na origem daquilo que pode ser considerado como plágio (Adam, 2016; Angéilil-Carter, 2000; Hutchings, 2014). A ignorância sobre como transcrever, citar e fazer as referências está entre as explicações dadas para escrever de modo muito próximo dos textos originais (Park, 2003). Também a confusão entre o que é admitido e o que não é legítimo é uma das razões apontadas como podendo estar na origem do plágio. Os/as estudantes indicam, entre outras, a incerteza acerca de se poder ou não copiar e parafrasear, mesmo com indicação dos autores originais, e acerca do modo como usar as ideias das fontes (Pittam et al., 2009).

Admitindo a importância do conhecimento das regras de citação e de referência no desenvolvimento da escrita e conseqüentemente no sentido de autoria e na identidade académica, e considerando, ainda, as suas relações com o plágio, o presente trabalho incide neste mesmo conhecimento, por parte de estudantes de uma universidade portuguesa. Com este estudo, pretendemos avaliar o conhecimento dos/as participantes acerca das normas de citação e de referência. Tratando-se de uma população que precisa de usar regras bem precisas para escrever os seus textos a partir de fontes e em relação à qual se pressupõe que domine bem esse uso, em que medida é que isso acontece? Estes/as estudantes conhecem, efetivamente, as regras de citação e de referência necessárias a uma boa escrita académica? Com base na caracterização dos/as estudantes, pretendíamos, ainda, estudar se este conhecimento se diferencia em função de variáveis como ano de escolaridade e aproveitamento académico. Por último, dada a relevância daquilo que os/as estudantes pensam acerca dos seus conhecimentos, procurou-se, igualmente, saber o que é que eles dizem conhecer nesta área. Consideramos que é fundamental entender o que os/as estudantes realmente sabem acerca das normas de citação e referência, assim como o que julgam conhecer. A partir destes dois dados, será possível perceber se as avaliações feitas são realistas ou se há um desencontro entre o que se pensa saber e a realidade.

Os resultados obtidos neste estudo serão essenciais para se delinear, no futuro, as medidas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento nos/as estudantes

do Ensino Superior de uma escrita autónoma, condição para a construção da sua identidade académica e autoral que, em simultâneo, constituirá a melhor garantia para prevenir o plágio.

Estudo

Participantes

A amostra é constituída por 208 estudantes do Ensino Superior de uma universidade pública da região Centro de Portugal. Os participantes apresentavam idades compreendidas entre os 18 e os 38 anos ($M = 20.5$; $DP = 2.3$; 96.5% tinham idades até os 23 anos), e 91.3% ($n = 190$) eram mulheres. Todos frequentavam o 1.º ciclo do curso de Ciências da Educação, e distribuíam-se pelos três anos de escolaridade: 122 (58.7%) no 1.º ano, 48 (23.1%) no 2.º ano e 38 (18.3%) no 3.º ano. Já tinha reprovado em algum nível de ensino 23.6% ($n = 47$) da amostra (Ensino Básico: $n = 9$, 19.1%; Ensino Secundário: $n = 32$, 68.1%; Ensino Superior: $n = 6$, 12.8%). A média de curso variou entre 11 e 16 valores, com uma média de 13.63 ($DP = 1.20$).

Instrumentos e procedimento

Para avaliar o conhecimento das normas de citação, foi construído um Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e Referenciação. O inventário incluía 19 itens relativos à forma como devem ser feitas as referências e as citações numa situação de escrita a partir de fontes. Dez dos itens dizem respeito às citações no texto [e.g., *Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, devo pôr aspas quando uso partes de outros textos (p.ex., frases, orações, expressões)*] e os outros nove incidem na lista das referências na bibliografia final (e.g., *Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, devo colocar na bibliografia final todas as obras referidas no texto que escrevi*).

Numa primeira fase, os itens foram analisados por um pequeno grupo de cinco estudantes, com o objetivo de avaliar aspetos como o grau de dificuldade, compreensão das questões, e formato de resposta. Foram feitas pequenas alterações na versão final em função desta análise.

Os/as estudantes deviam assinalar, para cada um dos 19 itens, uma das seguintes respostas: *Sim*, *Não*, *Não Sei*. Sendo as normas da APA aquelas que são usadas no curso em causa, foi pedido aos estudantes que respondessem de acordo com essas mesmas normas. A cada item corretamente respondido é atribuído 1 ponto. Aos itens respondidos incorretamente e às respostas assinaladas como *Não sei* corresponde uma cotação de 0 (zero pontos). O resultado final é obtido a partir da soma

das respostas corretamente respondidas. As pontuações mais elevadas traduzem níveis mais altos de conhecimentos acerca das normas de citação e referenciação.

No final do inventário, havia, ainda, duas questões relativas ao conhecimento de sistemas de regras de citação: 1. *Conhece algum sistema de regras a seguir nas citações?* a que os/as estudantes deviam responder *Sim* ou *Não*; 2. *Se respondeu sim, refira o(s) que conhece*, havendo um espaço para os/as estudantes escreverem.

O inventário incluía, também, algumas questões de caracterização referentes ao género, ano de escolaridade, reprovações e rendimento académico, avaliado através da média das notas obtidas até ao momento e referidas pelo/a próprio/a.

Para avaliar aquilo que os/as estudantes pensam conhecer acerca das normas de citação e referenciação, foi usada uma escala com esse objetivo (Festas et al., 2020). Trata-se de um instrumento que inclui 13 itens avaliados numa escala de 1 (*Discordo totalmente*) a 5 (*Concordo totalmente*). Os itens incidem em conhecimentos próximos daqueles que são avaliados no inventário anteriormente apresentado (e.g., *Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei como transcrever passagens dos textos que leio; Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei onde devo pôr aspas; Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei quando devo referir os autores; Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei o que incluir na lista final de referências bibliográficas*). Esta escala revela uma consistência interna alta (α Cronbach = .89) e as correlações entre cada item e o total são todas positivas e estatisticamente significativas ($p < .001$), variando entre .474 e .703 (Festas et al., 2020).

Os dados foram recolhidos em contexto de sala de aula, tendo-se respeitado todos os procedimentos éticos recomendados. A participação foi voluntária e com consentimento informado, tendo-se garantido o respeito pela confidencialidade e pelo anonimato.

Análise de dados

Os dados foram analisados com recurso ao IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* - versão 26.0).

Para avaliar a qualidade dos itens do Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e Referenciação foram determinados os índices de dificuldade (*ID*) e de discriminação (*D*). De acordo com a Teoria Clássica dos Testes (Kline, 2005; Muñiz, 2003), o índice de dificuldade (*ID*) de um item é dado pela proporção de indivíduos que acertam o item. Assim, uma maior proporção de acertos corresponde a uma menor dificuldade. Idealmente, um teste deve ser composto por itens que representem o contínuo do conhecimento em causa. O índice de discriminação (*D*) diz respeito à

capacidade de o item diferenciar os participantes com mais conhecimentos dos que têm menos conhecimentos, aceitando-se como sendo a diferença na proporção de acertos nos dois grupos constituídos por 27% dos sujeitos com pontuação mais alta e 27% dos sujeitos com pontuação mais baixa, respetivamente. Sendo o valor de *D* a diferença na proporção de acertos entre os dois grupos, quanto maior for essa diferença, maior é a discriminação.

No teste de diferenças entre médias foram calculados testes ANOVA (Howell, 2013; Tabachnick & Fidell, 2013), foi estudada a distribuição da VD e foi testada a homocedasticidade com o teste de Levene. A magnitude do efeito foi avaliada com ods de Cohen com correção para *n* diferentes (Cohen, 1988; Lakens, 2013).

Resultados

Conhecimento das regras de citação e referenciação

Análise dos itens do Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação: índices de dificuldade e de discriminação.

Na Tabela 1 apresentam-se os índices de dificuldade e de discriminação dos itens do Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação. O índice de dificuldade lê-se “em sentido inverso”, ou seja, uma maior proporção de acertos corresponde a uma menor dificuldade. Podemos observar que os itens representam um contínuo do conhecimento, desde o mais fácil, o item 1, com um índice de dificuldade de 0.98, ao item 19 com um índice de dificuldade de 0.14. No Gráfico 1 é apresentada a dificuldade dos itens ordenada do mais difícil para o mais fácil.

Tabela 1
Índices de dificuldade e de discriminação dos itens do Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação

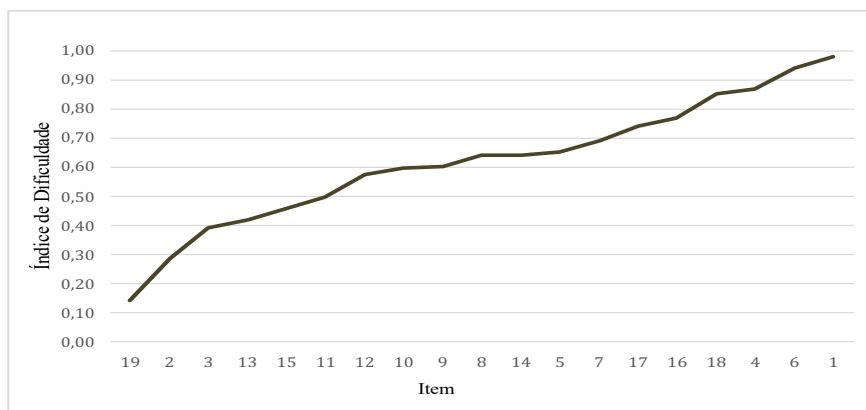
Item	Índice de dificuldade de (<i>ID</i>)	Índice de Discriminação (<i>D</i>)			
		% acertos 27% superiores	% acertos 27% inferiores	<i>D</i>	χ^2
1. devo pôr aspas quando uso partes de outros textos (p.ex., frases, orações, expressões)	0.98	98.2	96.4	1.8	ns
6. devo colocar na bibliografia final todas as obras referidas no texto que escrevi	0.94	100	91.1	8.9	5.23*
16. tenho que pôr o nome completo do autor no texto, quando o refiro	0.77	100	44.6	55.4	45.86**

Tabela 1 (continuação)
Índices de dificuldade e de discriminação dos itens do Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referência

Item	Índice de dificuldade de (ID)	Índice de Discriminação (D)			
		% acertos 27% superiores	% acertos 27% inferiores	D	χ^2
Quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes,					
14. só preciso de pôr o nome dos autores no texto, quando uso aspas	0.64	87.5	42.9	44.6	24.59**
9. posso fazer da mesma maneira as referências dos livros e dos artigos de revistas, na bibliografia final	0.60	100	8.9	91.1	93.64**
10. posso fazer da mesma maneira as referências a obras impressas e a fontes online, na bibliografia final	0.60	98.2	14.3	83.9	80.15**
12. tenho que indicar uma data no texto, quando cito um autor	0.57	89.3	21.4	67.9	52.17**
11. posso fazer da mesma maneira as referências a livros e teses, na bibliografia final	0.50	85.7	3.6	82.1	76.45**
15. tenho que pôr o nome da publicação no texto, quando refiro um autor	0.46	85.7	10.7	75.0	63.08**
13. tenho que indicar o nome da publicação no texto, quando cito um autor	0.42	85.7	10.7	75.0	63.08**
3. devo pôr aspas quando refiro as ideias expressas nos textos consultados	0.39	55.4	21.4	33.9	13.63**
2. posso acrescentar e/ou omitir alguma(s) palavra(s) numa citação	0.29	33.9	33.9	0.0	ns
19. tenho que indicar o nome da editora, quando se trata de um artigo de revista, na bibliografia final	0.14	28.6	1.8	26.8	15.60**

*p < .05; **p < .01

Gráfico 1
Ordenação decrescente do nível de dificuldade dos itens (n = 208)



Havendo 98% de acertos no item 1, não é de admirar que a discriminação entre os grupos de maior e menor proficiência não seja estatisticamente significativa, uma vez que se trata de uma questão fácil que quase todos acertam. Apesar de não discriminar os grupos com maior e menor proficiência, este tipo de itens deve ser mantido num teste, na medida em que os mesmos representam níveis de conhecimento acessíveis à maioria dos sujeitos.

Numa circunstância diferente está o item 2, com um índice de dificuldade de 0.29, mas que não discrimina entre o grupo de maior proficiência e o grupo de menor proficiência (33.9% de acertos em ambos os grupos). Trata-se, assim, de um item a retirar do teste.

Excluído o item 2, a pontuação no teste de conhecimentos variou entre 2 e 18, com uma média de 11.46 ($DP = 3.65$). Acertaram 50% ou mais dos 18 itens 76% da amostra. A distribuição das pontuações aproxima-se da de uma curva normal. A assimetria (*skewness*) foi de -0.272 (Erro padrão de *skewness* $.169$) e o achatamento (*kurtosis*) foi de -0.924 (Erro padrão de *kurtosis* $.336$).

Conhecimentos sobre regras de citação e referenciação de acordo com o Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação

Os resultados neste inventário mostram-nos que há um nível de desconhecimento considerável sobre o uso de regras de citação e referenciação (Tabela 2). Excluído o item 2, existem quatro itens com níveis de acerto inferiores a 50% (itens 3, 13, 15 e 19) e um igual a 50% (item 11), sendo que apenas dois são respondidos corretamente por mais de 90% dos/as participantes (itens 1 e 6). Se a grande maioria dos/as estudantes do presente estudo (98.1%) sabe que deve pôr aspas quando reproduz partes dos textos consultados, existem 13.5% e 35.3% que desconhecem que é preciso referir os autores quando, respetivamente, transcrevem as fontes (item 4) e expressam as suas ideias (item 5). Merece, também, alguma atenção o facto de muitos/as estudantes assinalarem que não sabem responder a alguns dos itens, como acontece com 33.7% em relação a fazer da mesma maneira ou não as referências de livros e teses, na bibliografia final (item 11), e com 25,5% sobre a necessidade ou não de colocar o nome da publicação no texto, quando se refere um autor (item 15).

Tabela2

Distribuição das respostas ao Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e de Referenciação, pelas opções (n = 208)

Item	Sim		Não		Não sei		Sem resposta		Errada		Certa	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1.	204	98.1	4	1.9	0	0	0	0	4	1.9	204	98.1
2.	60	28.8	136	65.4	12	5.8	0	0.0	148	71.2	60	28.8
3.	105	50.5	81	38.9	17	8.2	5	2.4	127	61.1	81	38.9
4.	180	86.5	10	4.8	18	8.7	0	0	28	13.5	180	86.5
5.	135	64.9	43	20.7	29	13.9	1	0.5	73	35.3	134	64.7
6.	196	94.2	9	4.3	3	1.4	0	0	12	5.8	196	94.2
7.	35	16.8	144	69.2	29	13.9	0	0	64	30.8	144	69.2
8.	36	17.3	133	63.9	38	18.3	1	0.5	75	36.1	133	63.9
9.	43	20.7	125	60.1	40	19.2	0	0	83	39.9	125	60.1
10.	38	18.3	125	60.1	44	21.2	1	0.5	83	39.9	125	60.1
11.	34	16.3	104	50	70	33.7	0	0	104	50	104	50
12.	119	57.2	44	21.2	44	21.2	1	0.5	89	42.8	119	57.2
13.	73	35.1	88	42.3	46	22.1	1	0.5	120	57.7	88	42.3
14.	30	14.4	133	63.9	44	21.2	1	0.5	75	36.1	133	63.9
15.	57	27.4	96	46.2	53	25.5	2	1	112	53.8	96	46.2
16.	21	10.1	161	77.4	25	12	1	0.5	47	22.6	161	77.4
17.	154	74.0	14	6.7	34	16.3	6	2.9	54	26.1	153	73.9
18.	176	84.6	10	4.8	21	10.1	1	0.5	32	15.4	176	84.6
19.	138	66.3	30	14.4	39	18.8	1	0.5	178	85.6	30	14.4

Conhecimentos sobre regras de citação/referenciação e desempenho acadêmico e ano de curso

A diferença de pontuação obtida no Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e Referenciação entre os que já reprovaram em algum ciclo de ensino ($M = 10.55$, $DP = 3.84$) e os que nunca reprovaram ($M = 11.75$, $DP = 3.58$) foi estatisticamente significativa, a favor dos últimos [$F(1, 204) = 4.009$, $p = .047$; homocedasticidade: $F_L(1, 204) = 1.007$, $p = .317$], com uma magnitude do efeito média/moderada, $d = 0.33$. Se considerarmos apenas os que reprovaram no Ensino Secundário ou no Ensino Superior (excluindo os que reprovaram no Ensino Básico), a diferença não é estatisticamente significativa [$F(1,193) = 1.904$, $p = .169$; homocedasticidade: $F_L(1,193) = 0.427$, $p = .514$].

A relação entre a média da classificação no curso obtida até ao momento e a pontuação no inventário de conhecimentos foi de .295 ($p < .001$) (apenas 190 estudantes responderam a esta questão). Para os alunos que estavam a frequentar o 1.º ano ($n = 112$), a correlação entre a média de curso e o teste de conhecimentos foi de

.388 ($p < .001$), para os que estavam a frequentar o 2.º ano ($n = 42$) foi de .173 ($p = .274$) e para os que estavam a frequentar o 3.º ano ($n = 36$) foi de -.049 ($p = .778$).

A diferença entre os três anos de curso na pontuação do inventário de conhecimentos foi estatisticamente significativa [$F(1,204) = 38.233, p < .001$; homocedasticidade: $F_1(1,204) = 2.110, p = .124$]. O teste de Sheffé foi utilizado nas comparações post hoc, tendo o 1.º ano ($M = 9.88, DP = 3.25$) obtido uma média significativamente inferior ao 2.º ano ($M = 13.70, DP = 3.17; p < .001; d = 1.18$), e ao 3.º ano ($M = 13.82, DP = 2.71; p < .001; d = 1.26$), com elevadas magnitudes do efeito.

Conhecimento acerca da existência de um sistema de regras de citação e de referenciação

Relativamente à questão sobre o conhecimento pelos/as estudantes de um sistema de regras de citação, de acordo com as respostas que deram aos itens *Conhece algum sistema de regras a seguir nas citações?*; *Se respondeu sim, refira o(s) que conhece*, 28.4% ($n = 59$) da amostra diz não conhecer qualquer sistema de regras a seguir nas citações. Apesar de as normas da APA serem as adotadas no curso, apenas 40.9% ($n = 85$) da amostra referiu conhecê-las.

A diferença das médias no teste de conhecimentos entre os que afirmaram conhecer algum sistema de regras a seguir nas citações ($M = 12.57, DP = 3.26$) e os que afirmaram desconhecer ($M = 9.52, DP = 3.54$) foi estatisticamente significativa, a favor dos primeiros [$F(1,195) = 34.089, p < .001$; a homocedasticidade foi testada com o teste de Levene: $F_1(1,195) = 1.369, p = .243$], com uma magnitude do efeito elevada $d = 0.99$, avaliada com o d de Cohen (Cohen, 1988; Lakens, 2013).

Relações entre o que os estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação e o que sabem realmente

A pontuação média na escala sobre o que os estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação foi de 3.78 ($DP = 0.51$) para a amostra total, de 3.74 ($DP = 0.54$) para os que frequentavam o 1.º ano, de 3.86 ($DP = 0.44$) para os do 2.º ano, e de 3.83 ($DP = 0.51$) para os do 3.º ano.

A correlação entre o questionário sobre o que os estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação e o inventário de conhecimentos foi de .161 ($p = .020$). Embora significativa a .05, esta relação pode considerar-se muito tênue, o que é confirmado quando se analisam separadamente os anos de curso, em que não se encontraram correlações significativas: .121 ($n = 122, p = .184$) para o 1.º ano; .048 ($n = 48, p = .752$) para o 2.º ano; e .265 ($n = 38, p = .103$) para o 3.º ano.

Para aprofundar o estudo das relações entre o que os/as estudantes afirmam saber e o seu efetivo conhecimento, foi analisada a correspondência entre alguns itens dos dois instrumentos (escala sobre o que os estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação e inventário de conhecimentos) (Tabela 3). Na escala sobre o que os estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação foi dada a instrução *quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei...*, e face a cada item, o inquirido deveria responder numa escala de concordância. Seria então de esperar que, por exemplo, quem respondeu *concordo totalmente* ou *concordo* ao item 1 dessa escala (*quando escrevo trabalhos a partir da leitura de fontes, sei como transcrever passagens dos textos que leio*) acertasse no item 3 do inventário de conhecimentos (devo pôr aspas quando refiro as ideias expressas nos textos consultados). Contudo tal não aconteceu para 58.9% dos/as inquiridos/as que responderam *concordo* ou *concordo completamente*. De igual modo, 85.3% dos que *concordam* ou *concordam totalmente* saber fazer as referências de artigos de revistas científicas (item 9 da escala sobre o que julgam saber fazer) erram o item 19 do inventário de conhecimentos (tenho que indicar o nome da editora, quando se trata de um artigo de revista, na bibliografia final).

Tabela 3

Confronto entre o que os/as estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação e o conhecimento efetivo

Inventário de conhecimentos	Escala como citar	Resp. certa		Res. errada	
		n	%	n	%
1. devo pôr aspas quando uso partes de outros textos (p.ex., frases, orações, expressões)	1. como transcrever passagens dos textos que leio	176	97.8	4	2.2
1. devo pôr aspas quando uso partes de outros textos (p.ex., frases, orações, expressões)	2. onde devo pôr aspas	198	98.5	3	1.5
3. devo pôr aspas quando refiro as ideias expressas nos textos consultados	2. onde devo pôr aspas	79	39.3	122	61.1
4. devo pôr os nomes do(s) autor(es) quando escrevo partes dos textos consultados	5. quando devo referir os autores	144	86.7	22	13.3
5. devo pôr os nomes do(s) autor(es) quando refiro as ideias expressas nos textos consultados	5. quando devo referir os autores	113	68.1	53	31.9
6. devo colocar na bibliografia final todas as obras referidas no texto que escrevi	6. o que incluir na lista final de referências bibliográficas	148	94.3	9	5.7
7. posso colocar na bibliografia final obras que não foram referidas no texto que escrevi	6. o que incluir na lista final de referências bibliográficas	105	66.9	52	33.1
8. posso fazer da mesma maneira as referências dos capítulos de livros e dos artigos de revistas, na bibliografia final	9. fazer as referências de artigos de revistas científicas	103	68.7	47	31.3
8. posso fazer da mesma maneira as referências dos capítulos de livros e dos artigos de revistas, na bibliografia final	12. fazer as referências de capítulos de livros	89	74.2	31	25.8
9. posso fazer da mesma maneira as referências dos livros e dos artigos de revistas, na bibliografia final	8. fazer as referências de livros	105	65.6	55	34.4

Tabela 3 (continuação)
Confronto entre o que os/as estudantes afirmam saber acerca das regras de citação e de referenciação e o conhecimento efetivo

Inventário de conhecimentos	Escala como citar	Resp. certa		Res. errada	
		n	%	n	%
10. posso fazer da mesma maneira as referências a obras impressas e a fontes online, na bibliografia final	3. como citar as informações que retiro da Internet e de fontes online	98	59.0	68	41.0
11. posso fazer da mesma maneira as referências a livros e teses, na bibliografia final	8. fazer as referências de livros	84	52.5	76	47.5
11. posso fazer da mesma maneira as referências a livros e teses, na bibliografia final	10. fazer as referências de teses (de mestrado e de doutoramento)	35	66.0	18	34.0
12. tenho que indicar uma data no texto, quando cito um autor	1. como transcrever passagens dos textos que leio	104	57.8	76	42.2
13. tenho que indicar o nome da publicação no texto, quando cito um autor	1. como transcrever passagens dos textos que leio	81	45.0	99	55.0
14. só preciso de pôr o nome dos autores no texto, quando uso aspas	1. como transcrever passagens dos textos que leio	120	66.7	60	33.3
14. só preciso de pôr o nome dos autores no texto, quando uso aspas	5. quando devo referir os autores	112	67.5	54	32.5
15. tenho que pôr o nome da publicação no texto, quando refiro um autor	1. como transcrever passagens dos textos que leio	87	48.3	93	51.7
16. tenho que pôr o nome completo do autor no texto, quando o refiro	1. como transcrever passagens dos textos que leio	144	80.0	36	20.0
18. tenho que indicar o nome da editora, quando se trata de um livro, na bibliografia final	8. fazer as referências de livros	140	87.5	20	12.5
19. tenho que indicar o nome da editora, quando se trata de um artigo de revista, na bibliografia final	9. fazer as referências de artigos de revistas científicas	22	14.7	128	85.3

Discussão dos resultados, limitações do estudo e investigações futuras

No presente trabalho procurou-se avaliar os conhecimentos que os/as estudantes do Ensino Superior têm acerca das regras de citação e de referenciação, aspeto essencial da escrita académica, ocupando um lugar de destaque no desenvolvimento da identidade autoral. Para o efeito, foi elaborado um inventário incidindo em regras a respeitar nas citações intra texto e na lista final de referências, de acordo com as normas da APA. Em simultâneo os/as estudantes tinham que responder se conheciam algum sistema de regras de citação e, em caso afirmativo, qual ou quais. Com o objetivo de saber o que é que estes/as mesmos/as estudantes julgavam conhecer acerca das regras de citação e de referenciação, usou-se uma escala destinada a esse efeito.

Relativamente ao inventário construído, verificou-se que o mesmo responde aos requisitos exigidos para este tipo de instrumentos. Com efeito, o Inventário de

Conhecimentos de Normas de Citação e Referenciação aqui apresentado inclui itens que representam o contínuo do conhecimento em causa. De igual forma, todos os itens, com exceção de um, revelaram ter poder discriminatório, mostrando capacidade para distinguir o grupo de maior proficiência do grupo de menor proficiência. Excluído esse item, a distribuição das pontuações aproxima-se da de uma curva normal. Nesta medida, o inventário elaborado no presente estudo constitui-se como um bom instrumento de avaliação do conhecimento acerca das regras de citação e referenciação, num sistema APA.

Quanto ao conhecimento dos/as estudantes do Ensino Superior acerca das regras de citação e referenciação, avaliado pelo inventário construído para esse efeito, os resultados revelam que ele é bastante deficitário, para uma população deste nível de ensino que, à partida, deveria dominar bem este tipo de competências. Ainda que os/as estudantes saibam usar algumas dessas regras, têm dificuldade em muitas outras que são essenciais para a escrita de textos académicos a partir de fontes. As dificuldades situam-se a todos os níveis e referem-se quer às regras a respeitar no texto, quer na bibliografia final. Realça-se, também, o facto de uma percentagem considerável de estudantes afirmar desconhecer qualquer sistema de normas reguladoras das citações e referenciações, e de menos de metade referir as normas da APA, sistema seguido no curso em questão. Estudando as diferenças nos desempenhos no inventário de conhecimentos, verifica-se que aqueles/as que admitem desconhecer a existência de um sistema de normas apresentam resultados inferiores aos seus pares que dizem saber dessa existência. No seu conjunto, os dados acabados de discutir confirmam os problemas identificados na literatura relativamente ao desconhecimento que parece existir, por parte de estudantes do Ensino Superior, das regras de citação e referenciação (Hutchings, 2014; Park, 2003).

Os resultados indicam, também, que as dificuldades são mais salientes em estudantes principiantes (1.º ano), o que parece significar que há uma certa aprendizagem ao longo dos 2.º e 3.º anos. Há, ainda, a destacar que o conhecimento acerca das regras de citação e referenciação está dependente do desempenho académico. Aqueles/as que nunca reprovaram sabem mais sobre como citar, havendo também uma relação entre a média de classificação do curso, sobretudo no 1.º ano, e o conhecimento dessas regras, a favor dos/as melhores alunos/as. Este dado parece reforçar a ideia de que há um problema de literacia que afeta sobretudo os/as estudantes mais fraco/as (Howard, 2016; Shaw & Pecorari, 2013) e que, independentemente de envolver competências mais elaboradas da escrita académica (Kellogg, 2008), se situa também ao nível da citação e da referenciação.

O estudo das relações entre aquilo que os/as estudantes dizem saber fazer (avaliado pela escala sobre o que os estudantes afirmam conhecer acerca de normas de citação e referenciação) e o que sabem fazer efetivamente (medido pelo Inventário de Conhecimentos de Normas de Citação e Referenciação) parece indicar que não existe uma verdadeira consciência do problema. Como vimos, a relação existente entre estas duas variáveis é muito ténue, o que equivale a dizer que os estudantes não têm uma percepção realista daquilo que sabem, nem das suas limitações, nesta área. Uma análise mais fina dos itens confirma que, efetivamente, nem sempre há concordância entre o que se diz saber e o que realmente se sabe, quer no que respeita às citações no texto, quer quanto ao modo de fazer as referências finais. Assim, apesar de a literatura nos indicar que os/as estudantes do Ensino Superior têm a percepção de que têm dificuldades no uso das normas de citação e de referenciação (Gullifer & Tyson, 2010, 2014; Hutchings, 2014; Park, 2003), a presente investigação não aponta no mesmo sentido. É possível que os/as estudantes tenham uma ideia geral de que desconhecem as regras, mas, quando se trata de questões concretas relativas a usos específicos dessas mesmas regras, essa ideia se desvaneça, e que eles/as pensem que sabem fazer o que realmente não sabem.

O recurso a entrevistas e focus grupo, em que se procurasse ouvir os/as estudantes, ajudaria a perceber melhor a sua consciência acerca das dificuldades gerais e mais específicas. Esta e outras questões, como a de perceber se os/as estudantes dos anos mais avançados tiveram alguma formação ou se foi apenas a experiência que lhes permitiu dominar melhor as regras de citação e referenciação, devem ser objeto de estudos futuros que reúnam também outras condições. Assim, será desejável que novas investigações contemplem amostras mais alargadas quanto a variáveis como o tipo de cursos (várias áreas) e instituições (outras universidades e outras instituições de Ensino Superior). O facto de as diversas áreas de conhecimento se regerem por sistemas próprios pode introduzir diferentes graus de dificuldades que será interessante analisar. Também será desejável que haja um número mais equilibrado de participantes representativo de variáveis como género, ano de escolaridade e desempenho académico.

Outras questões que não podem ser respondidas no presente estudo dizem respeito às relações do conhecimento sobre normas de citação e referenciação com o processo de construção da identidade autoral e também como plágio. Seria de toda a relevância investigar futuramente não apenas estas relações, mas ainda o modo como os/as estudantes do Ensino Superior as percebem.

Considerações finais

No presente estudo foi possível perceber que os/as estudantes da nossa amostra, todos a frequentar o Ensino Superior, revelam grandes dificuldades no uso das regras de citação e referenciação, o que reforça algo que é conhecido na literatura (Hutchings, 2014; Park, 2003). O problema acentua-se em estudantes em início de estudos e naqueles/as com pior desempenho escolar, o que confirma os défices de literacia da escrita a partir de fontes, por parte dos/as mais inexperientes e com mais dificuldades (Howard, 2016). Do mesmo modo, os resultados obtidos permitem afirmar que há um desfasamento entre o conhecimento real e o que os/as participantes pensam saber fazer, não existindo uma consciência das falhas, o que de resto tem sido encontrado relativamente a outros aspetos da escrita académica (Castells et al., 2015).

Os principais resultados obtidos nesta investigação chamam a atenção para a necessidade de se investir numa pedagogia da escrita que incida em todas as suas componentes, a começar pela forma correta de citar e referenciar e que, podendo destinar-se a todos/as, será particularmente relevante para os/as que estão a principiar a sua vida académica e para os/as que apresentam mais dificuldades escolares. Programas como os que foram desenvolvidos por Sanches (2019) são um bom exemplo de como se podem trabalhar as componentes da escrita académica de citação e referenciação (ver, também, Sanches, 2014). Sendo a escrita em geral e a citação e referenciação em particular fundamentais ao desenvolvimento de um sentido de autoria, compreende-se a importância que assumem na construção da identidade do/a estudante do Ensino Superior. Esta última é grandemente fundada na participação num debate coletivo, em que, sobretudo através da escrita, o/a estudante se vai expressando, ao mesmo tempo que se integra na comunidade académica. Começando por exprimir a voz dos outros, o/a estudante vai mais além, ganhando a sua própria voz (Hutchings, 2014). É assim importante que uma tal pedagogia situe a citação e a referenciação no contexto da escrita académica, e que, por sua vez, esta seja encarada pelo/a estudante como um processo de construção da sua identidade. É esta identidade que fará do/a estudante um ser autónomo, com uma voz que, partindo da de outros autores, se demarca e se torna distintiva.

O investimento pedagógico na promoção da identidade do/a estudante como autor e académico será, ainda, a melhor forma de prevenir o plágio. Em vez de subordinar a aquisição de regras de citação e de referenciação, bem como da escrita em geral, à prevenção do plágio, é preferível apostar em medidas favoráveis ao desenvolvimento pleno da identidade autoral (Elander et al., 2010). Cientes de que se trata de um caminho que pode ser mais ou menos longo, é preciso acreditar que

uma das principais finalidades educativas no Ensino Superior é a de dar a todos/as a possibilidade de ganhar autonomia na sua escrita e, com ela, a de desenvolver a sua identidade de estudante e de membro de uma comunidade académica. Esta será a melhor forma de evitar o plágio, pois este não será necessário a alguém que se identifique e se sinta como um autor.

Referências

- Adam, L. (2016). Student perspectives on plagiarism. In T. Bretag (Ed.), *The handbook of academic integrity* (pp. 519-535). Springer.
- Angéilil-Carter, S. (2000). *Stolen languages? Plagiarism and writing*. Pearson Education Limited.
- Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2017, November 7). plagiarism. Encyclopedia Britannica, Acesso em Janeiro 22/09/21, <https://www.britannica.com/topic/plagiarism>
- Castells, N., Mateos, M., Martín, E., Solé, I., & Miras, M. (2015). Profiles of self-perceived competencies and conceptions of academic writing in university students. *Cultura y Educación*, 27(3), 569-593. <http://dx.doi.org/10.1080/11356405.2015.1072358>
- Cheung, K. Y. F., Elander, J., Stuppel, E. J. N., & Flay, M. (2018). Academics' understandings of the authorial academic writer: A qualitative analysis of authorial identity. *Studies in Higher Education*, 43(8), 1468-1483. <https://doi.org/10.1080/03075079.2016.1264382>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.
- Elander, J., Pittam, G., Lusher, J., Fox, P., & Payne, N. (2010). Evaluation of an intervention to help students avoid unintentional plagiarism by improving their authorial identity. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 35(2), 157-171.
- Festas, I., Matos, A., & Seixas, A. (2020). Escrita académica e plágio no ensino superior. *Revista Educação em Questão*, 58(56), 1-20. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID19986>
- Gullifer, J., & Tyson, G. (2010). Exploring university students' perceptions of plagiarism: a focus group study. *Studies in Higher Education*, 35(4), 463-481. <https://doi.org/10.1080/03075070903096508>
- Gullifer, J., & Tyson, G. (2014). Who has read the policy on plagiarism? Unpacking students' understanding of plagiarism. *Studies in Higher Education*, 39(7), 1202-1218. <http://dx.doi.org/10.1080/03075079.2013.777412>
- Howard, R. M. (2016). Plagiarism in higher education: An academic literacies issue? Introduction. In T. Bretag (Ed.), *The handbook of academic integrity* (pp. 499-501). Springer.
- Howell, D. (2013). *Statistical methods for psychology* (8th ed.). Pacific Grove.
- Hutchings, C. (2014). Referencing and identity, voice and agency: adult learners' transformations within literacy practices. *Higher Education Research & Development*, 33(2), 312-324. <http://dx.doi.org/10.1080/07294360.2013.832159>

- Kellogg, R. T. (2008). Training writing skills: A cognitive developmental perspective. *Journal of Writing Research, 1*(1), 1-26.
- Kline, T. (2005). *Psychological testing: A practical approach to design and evaluation*. Sage.
- Lakens, D. (2013). Calculating and reporting effect sizes to facilitate cumulative science: A practical primer for t-tests and ANOVAs. *Frontiers in Psychology, 4*(863). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00863>
- Muñiz, J. (2003). *Teoría clásica de los tests*. Pirámide.
- Park, C. (2003). In other (people's) words: Plagiarism by university students – literature and lesson. *Assessment & Evaluation in Higher Education, 28*(5), 471-488.
- Pittam, G., Elander, J., Lusher, J., Fox, P., & Payne, N. (2009). Student beliefs and attitudes about authorial identity in academic writing. *Studies in Higher Education, 34*(2), 153-170.
- Power, L. (2009). University students' perceptions of plagiarism. *The Journal of Higher Education, 80*(6), 643-662.
- Sanches, T. (2014). Interseções da pedagogia universitária com a Biblioteca: da pesquisa de informação à escrita acadêmica. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 48*(2), 9-25.
- Sanches, T. (2019). Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio acadêmico. *Perspectivas em Ciência da Informação, 24*(3), 59-72.
- Shaw, P., & Pecorari, D. (2013). Source use in academic writing: An introduction to the special issue. *Journal of English for Academic Purposes, 12*, A1-A3.
- Sousa, O., & Costa-Pereira, T. (2018). Práticas de literacia no ensino superior: as percepções dos alunos sobre escrita nas disciplinas. *Acta Scientiarum - Language and Culture, 40*(2), 1-12.
- Sousa-Silva, R., & Abreu, B. (2015). Plágio: um problema forense. *Language and Law/ Linguagem e Direito, 2*(2), 90-113.
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2013). *Using multivariate analysis* (6th ed.). Pearson Editions.
- Vardi, I. (2012). Developing students' referencing skills: a matter of plagiarism, punishment and morality or of learning to write critically? *Higher Education Research & Development, 31*(6), 921-930. <https://doi.org/10.1080/07294360.2012.673120>